
Estratégias de compreensão em “Banzeiro Òkòtó”: o uso da palavra pobre¹

Elisabetta COSTA²

Christina MUSSE³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

O livro “Banzeiro Òkòtó” reúne textos da jornalista Eliane Brum a respeito da vida na cidade de Altamira, na Amazônia. A narração da autora ajuda a compreender o contexto político e social de um dos lugares mais emblemáticos no que diz respeito às disputas territoriais e culturais entre os povos indígenas e os responsáveis pelas atividades predatórias. Buscando servir como mediadora entre o que chama de “povos-florestas” e “brancos”, a autora desenvolve uma série de estratégias discursivas para criar pontes entre as duas realidades. O uso da palavra “pobre” é o foco neste artigo, e se revela simbólica neste sentido, já quem encarna concretamente uma afetação mútua entre os dois mundos.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; jornalismo literário; estratégias discursivas; Amazônia.

Introdução

O livro “Banzeiro Òkòtó”, de Eliane Brum, lançado em 2021, apresenta investigações jornalísticas junto com relatos pessoais a respeito da vida em Altamira, na Amazônia, para onde a repórter se mudou e passou a viver desde 2017. Nascida em Porto Alegre, numa perspectiva mais tradicional, a repórter poderia ser identificada simplesmente como alguém “branco” – e, portanto, bastante distante dos chamados “povos-floresta”, conforme são nomeados os povos indígenas do Amazonas ao longo de toda a obra. O próprio livro, no entanto, busca propor uma outra definição de “branco”, que na concepção de Brum essa palavra já não se reduz estritamente a questões de cor, fenótipo ou origem, mas a um modo de inserção e atuação no mundo natural e social. E, nessa

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo no 24º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bolsista da Capes no Mestrado em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), participante do grupo Comunicação, Cidade e Memória (COMCIME), e-mail: bettamazocoli@gmail.com

³ Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), líder do grupo Comunicação, Cidade e Memória (COMCIME), e-mail: cferrazmusse@gmail.com

concepção, branco seria definido como “aquele que vive da exploração”, conceito claramente inspirado na forma como Davi Kopenawa nomeia os brancos, chamados por ele de “povo da mercadoria” ou de “comedores de floresta” (p.17).

Na posição em que a jornalista se encontra, no entanto, inclusive já tendo incorporado tanto dos povos-floresta pelo próprio fascínio que passa a sentir, ela se dedica a criar, em seu livro, uma nova forma de narrar a Amazônia e os ataques à floresta de modo que, partindo de um reconhecimento do seu lugar a princípio problemático e de certa forma “deslocado”, assim como da possível “falta de propriedade” de sua fala, ela possa se comunicar ainda melhor com seu leitor – que, por sua vez, ocupa nessa dinâmica um terceiro lugar, tentando absorver algo dos dois mundos que passam a se tensionar e a se mesclar inclusive no próprio tecido do texto de Brum.

A autora então mistura algo de um relato pessoal a crônicas sobre sua vida na Amazônia e a uma intensa pesquisa jornalística para trazer aos seus leitores um panorama histórico e atual sobre os conflitos políticos, sociais e históricos envolvendo o local. Nesse sentido, é justamente a sua falta de “pertencimento natural” que mais parece capaz de gerar identificação com seu leitor, abrindo assim uma oportunidade dele se aproximar também das formas narrativas dos povos-floresta.

Presente artigo leva em conta esse esforço maior, realizado ao longo do livro e estudado com mais atenção ao longo da dissertação em desenvolvimento, mas se dedica a analisar mais detidamente como a palavra pobre aparece nos capítulos 13 (“entres da floresta”) e 12 (“a conversão de povos-floresta em pobres”). Essa palavra se repete 94 vezes ao longo do livro e, nesses trechos, que aparecem em sequência, a autora se dedica a tentar entender o que a pobreza pode significar para os povos-florestas, como como essa palavra impacta na prática a vida deles e as alterações de sentido que essa palavra passou a sofrer a partir do próprio contato dos povos indígenas com o mundo dos brancos.

O conceito de “pobre” é estratégico para compreender a Amazônia e o sistema que provocou a crise climática. Toda a paleta ideológica, da extrema direita à extrema

esquerda, divide o mundo entre pobres e ricos, já que este é um conceito importante na tradição de pensamento à qual o Ocidente de matriz europeia se alinha. No capitalismo, ser pobre ou ser rico está diretamente relacionado à quantidade e à qualidade dos bens materiais. O efeito imediato é a conversão dos pobres numa categoria homogênea, um genérico chamado “pobres”, uma figura que todos acreditam conhecer e saber quem é e o que deseja. Os pobres, todos eles, supostamente desejariam consumir e, claro, tornar-se ricos" (Brum, 2021, p. 108)

O livro de Eliane Brum, por ter sido publicado ainda em 2021 e por conter anos de trabalhos da jornalista, apresenta um cenário em que a Amazônia ia se tornando foco de assunto a nível global. Por ainda ser um trabalho recente e que mescla estilos, é pouco estudado no país. A quantidade de questionamentos e da necessidade de olhar de forma atenta para o local faz com que o portal Sumaúma nasça, sendo também um precursor de um veículo de grande importância atualmente.

Metodologia

Para entender as estratégias narrativas utilizadas pela autora, foi preciso usar a análise de conteúdo da Bardin, levando em conta o uso qualitativo e quantitativo que a autora faz para a construção narrativa do livro. A escolha dos capítulos se dá pela concentração do uso da palavra “pobre” neles, e também por apresentar este momento do livro em que uma palavra que a autora já está familiarizada tem o seu sentido claramente questionado, não por falta de conhecimento, mas por entender que pode ser preciso de outros tipos de saber para entender aquele sentido.

Para se aprofundar nos estudos de livro-reportagem no Brasil, realizados por Edvaldo Pereira Lima, que estabelece uma distinção conceitual importante que pode iluminar bastante um dos traços que me parecem caracterizar o trabalho de Brum: "Compreender é diferente de explicar. A explicação adota geralmente uma visão unilateral, verticalizada, de cima para baixo, reducionista. Mostra o mundo sob uma ótica única ou de pouca abertura". Já uma tentativa de compreensão, muito diferentemente, deve buscar “exibir o mundo sob perspectivas diversificadas. Mais do que isso, ela ilumina as

conexões entre conteúdos aparentemente desconectados. Interliga dados, mostra sentidos e perspectivas” (2009, p. 366).

Ao mesmo tempo, em sua visão, caberia ao comunicador social especializado na produção jornalística trabalhar com o imaginário coletivo, emoções, mitos e registros intuitivo-criativos (Medina, 1998). Em sua perspectiva, portanto, o ato de narrar é reconhecido como uma ação que busca reproduzir simbolicamente a realidade, e o jornalista-autor de uma narrativa desse tipo é considerado, um *mediador simbólico*. No entanto, só o jornalista que se aperfeiçoa para poder criar terá alguma possibilidade de intervir de forma mais qualificada e consciente no chamado “processo de mediação social”. Por isso mesmo, desde os anos 1980, a autora já afirmava a necessidade de os jornalistas superarem os obstáculos da profissão e investirem em apurações e narrações mais dialógicas e complexas. Só assim se tornariam capazes de modificar efetivamente o *status quo* e praticar um discurso *polifônico* (no sentido de ser capaz de promover uma diversidade de vozes) e *polissêmico* (no sentido de ser capaz de abrigar e gerar uma multiplicidade de significados).

Paul Ricoeur estabelece claramente que a compreensão de si exige a compreensão dos signos da cultura, e ainda acrescenta: isso não significa que o que se documenta e se forma seja apenas sujeito a esses dois fatores. Em suas palavras:

A compreensão do texto não é seu próprio fim, ela mediatiza a relação consigo de um sujeito que não encontra, no curto-circuito da reflexão imediata, o sentido da própria vida. É por isso que é preciso dizer, com uma força igual, que a reflexão não é nada sem a mediação dos signos e das obras, e que a explicação não é nada se não se incorporar como uma intermediária no processo de compreensão de si: numa palavra, na reflexão hermenêutica – ou na hermenêutica reflexiva – a constituição do si e a do sentido são contemporâneas. (Ricoeur: 1991, p.155/156).

Coerente com essas linhas de reflexão, a escolha da palavra, referida por Brum na obra aqui abordada como a “carne de sua reportagem” (2013, p.13), afirma expressamente o seu interesse em escrever “sobre o cotidiano dos homens e das mulheres que tecem os dias e também o país, mas nem sempre são contados”. Da mesma forma, declara sua

decisão em buscar se apropriar de fatos não-marcados pela noticiabilidade, entendidos aqui como sendo aqueles que não resultam do “código de produção dos acontecimentos” isto é, que não são “relevantes para o cânone da cultura jornalística, normalmente desconsiderados pela marcação (pauta) da grande mídia” (Sodré, 2009, p.76).

Concretamente, isso significa, por exemplo, lançar mão de técnicas que valorizem o diálogo, a escuta e a abertura para a apreensão do Outro. Em "Banzeiro Òkòtó", é possível perceber bem que essas aparentes “minúcias” são mostradas como algo digno de um olhar atento ao longo de todo o texto. A autora, afinal, narra acontecimentos aparentemente banais, como compras no mercado, diálogos com outros gaúchos e a procura por um lugar para morar em Altamira – fatos que podem ser considerados desimportantes, mas que tomam uma dimensão e um sentido revelador bem maiores quando são compreendidos no contexto mais amplo da realidade e da própria escrita.

Entendendo que o tema das narrativas amazônicas, de forma mais específica, a coletânea de textos que envolvem o trabalho “Narra! Amazônia: Modos de ser e estar no mundo” ajuda a entender especificamente quais caminhos estavam sendo traçados para narrar o local, a partir das experiências culturais, modos de vida e a relação tão intrínseca com a natureza. Perceber como essas narrativas conseguem moldar a identidade desses grupos, mesmo diante de relações sociais e ambientais, também é uma forma de entender como as estratégias narrativas utilizadas por jornalistas podem colocar os desafios contemporâneos desses povos-florestas – inclusive a partir de uma pluralidade.

Refletindo mais especificamente sobre a maneira como essa alteração de postura pode impactar a prática jornalística, Medina faz uma problematização do próprio saber científico clássico de caráter positivista, que é também responsável pelo princípio de certa “objetividade jornalística” bastante enganosa, e assim coloca em destaque um jornalismo que seja capaz de valorizar a complexidade e a interconexão de conhecimentos diversos.

No livro "Entrevista: O Diálogo Possível" também de Cremilda Medina, ela ainda identifica e denuncia uma série de problemas nos modos de condução das entrevistas no jornalismo e no tratamento dado às falas dos entrevistados. A autora afasta a consideração da entrevista como uma simples técnica burocrática, enfatizando o caráter dialógico dessa etapa do fazer jornalístico. E mais: ela não reconhece as fases do processo de produção noticiosa (pauta, entrevista, apuração, edição e narração) como unidades estanques e independentes, uma vez que insiste que estamos diante de um fenômeno – o jornalismo – que deveria ser assumido como dinâmico e essencialmente *relacional*. Por isso, o papel do jornalista como "mediador" também é problematizado em "Povo e Personagem", obra em que enfatiza que o profissional da informação articula, nas relações simbólicas, todo um universo das ideias.

Essa nova forma de olhar o fenômeno jornalístico advém da percepção de que a contemporaneidade reclama por algo que a autora chama de “dialogia interativa”. É por isso que, para ela, o jornalismo não pode perder importância nos dias de hoje, mesmo com o aparecimento e fortalecimento de novos canais de expressão. Pelo contrário, tenderia a ganhar ainda mais peso, em virtude da crescente demanda social por um tipo mais qualificado de mediador que possa dar conta da regência de vozes numa sociedade cada vez mais complexa. Afinal, "Respeitar e lidar com essa heterogeneidade é um desafio enfrentado pragmaticamente todos os dias pelas pessoas nas suas diferentes interações sociais e um instigante problema para os pesquisadores"(p.18).

Para entender o papel que a jornalista se coloca, diante desse cenário, foi preciso incorporar como essa subjetividade tem aparecido no jornalismo. É nesse sentido, qual seja o de desnaturalização das escolhas mais óbvias e consolidadas, que a socióloga Gaye Ychman, por exemplo, afirma que “a objetividade nada mais é do que um ritual de autoproteção dos jornalistas”. E é também nessa linha que Felipe Pena critica o resultado infeliz desse ritual: percebe-se na produção desenvolvida sob essa égide não só a repetição tediosa dos mesmos nomes usados inercialmente como fontes consagradas, mas também uma forte pasteurização dos textos e ainda uma falta geral de criatividade, elegância e estilo.

Seguindo essa pista, é possível lembrar que, em seu sentido original, no latim, *comprehendere* significa “abranger, abraçar ou pegar junto” (Künsch, 2008, p. 46). Uma “epistemologia compreensiva”, então, como chama Pedro Brito (2015), pode ser entendida como um esforço de aproximar diferentes formas de conhecimento do mundo, sem relações de hierarquia, pensando “cada uma a seu modo, com sua verdade própria e com os seus limites e suas mazelas, no mundo físico e humano, incluindo o mundo dos fatos e situações do presente” (Künsch, 2008; Klatau, 2019, p. 4) – considerando-se que essa última, aliás, é o território por excelência do jornalismo.

Nessa mesma concepção, a textualidade, entendida então como “o processo de emergência de algo tomado como texto”, estaria absolutamente integrada às condições comunicativas, e ainda inscritas no “resultado final”. Nesse sentido, seria possível perceber que um texto é necessariamente o fragmento perceptível de um processo comunicacional bem mais amplo, sem o qual não é possível sua existência. Perceber com mais nitidez essa interdependência fundamental evitaria a cilada de se cair em formulações que ainda consideram as relações entre linguagem e vida social em termos de oposição, valorizando somente mais um ou outro polo. Assim, não se trataria de reconhecer, por exemplo, que a linguagem é apenas um “instrumento” da comunicação (sendo, portanto, determinada por esta), ou, na direção contrária, que a linguagem é “condição” para os processos de comunicação (nesse sentido, determinando-os).

Análise

Importante notar, a esse respeito, que Brum não busca se apresentar como um indígena, e nem mesmo como alguém “neutro” ou “superior”, na posição de “dar voz” a esses povos. Bem diferentemente, ela assume que eles já têm suas próprias vozes, palavras e linguagens – e que caberia a ela, como jornalista, tentar compreender esse outro universo e se aproximar dele. A partir dessa experiência, ela busca trazer à tona correspondências e diferenças.

A percepção de que a própria linguagem dos brancos de fato impacta a vida dos indígenas, nesse sentido, chama a atenção. No capítulo em que aborda a transformação

desses povos em "pobres" (p.108-116), ela se dedica a perguntar para os entrevistados o que significaria “pobreza” para eles. E, nesse sentido, ousa se aproximar de uma perspectiva bem diversa daquela com a qual em geral é adotada nessas situações – e assume o risco de ser impactada por essa experiência. Essa tentativa de identificação de uma linguagem em comum não equivale a uma busca por correspondentes de tradução supostamente exatos, mas a um esforço de compreender os motivos que fazem com que existam as diferenças.

Perguntei a alguns deles: O que é ser pobre? “Ser pobre é não ter escolha. Do que comer, de onde ir e de onde vir, do que fazer ou não fazer.” Ser pobre é não ter escolha sobre o desejo. Perguntei a eles o que é ser rico. “Ser rico é não precisar de dinheiro.

Seguindo esta linha, o capítulo 13 já começa também redefinindo o conceito do que seria “ribeirinho”. Essa definição já mostra essa contradição entre o que os povos-florestas e os brancos enxergam, mas os sentidos ainda se aproximam.

Ribeirinho, na Amazônia, significa muito mais do que “aquele que vive na beira de um rio”. Essa existência humana da floresta é um universo inteiro, uma transmutação de gente, um parto próprio de um modo de ser, uma explosão de criatividade, uma forma complexa de resistência. (Brum, 2021, p. 84)

A autora então justifica a sua escolha por se aproximar tanto das narrativas dos ribeirinhos, que ela considera os mais invisibilizados da Amazônia e “entres” da floresta, enquanto traça também um panorama do contexto histórico de interesse na região e na construção de Belo Monte e coloca o seu olhar para o processo de destruição que se criou com as usinas e o absoluto marco que isso foi para as populações locais.

Isso acontece de diferentes formas: primeiro, a jornalista escolhe fazer esse questionamento para pessoas “comuns” e não fontes de autoridade do jornalismo, mostrando um claro interesse em também se aproximar da perspectiva mais cotidiana (e fazendo escolhas que, como explicitado aqui, se relacionam com a tradição do

Jornalismo Literário ou Novo Jornalismo). Ela vai traçando como ser pobre entra na vida dos entrevistados e muda seu rumo, não apenas como conceito, mas como mecanismo que significa a própria entrada de uma realidade social de ainda maior desigualdade. As alterações de sentido que começam a aparecer são também resultado desse processo.

No capítulo 12, “a conversão de povos-floresta em pobres”, esse mesmo contexto serve para que seja possível entender a importância da palavra pobre para um mundo que é dividido entre “pobres” e “ricos”, inclusive dentro dos diferentes espectros políticos.

“No capitalismo, ser pobre ou ser rico está diretamente relacionado à quantidade e à qualidade dos bens materiais. O efeito imediato é a conversão dos pobres numa categoria homogênea, um genérico chamado “pobres”, uma figura que todos acreditam conhecer e saber quem é e o que deseja. Os pobres, todos eles, supostamente desejariam consumir e, claro, tornar-se ricos” (Brum, 2021, pag. 108)

Ela também mostra claramente um desconforto percebendo que, para narrar, ela precisa entender que conceitos cabem para entender os povos-florestas, os ribeirinhos e a própria Amazônia. Em um trecho, o significado de casa também é levado a tona, mas não tentando criar equivalentes, apenas explicitando a impossibilidade de criar equivalentes nesses dois universos. Quem diz o que é uma casa? Quem diz o que é aquele que é? Eles dizem: “Isto não é uma casa” (Brum, 2021).

Entendendo que os povos-florestas não cabem nesse binômio, portanto, ela parte para uma outra perspectiva, que precisa duvidar até dos conceitos que seriam mais estabelecidos no Ocidente para se aproximar de uma nova perspectiva. Afinal, o objetivo do livro é conseguir criar pontes para que os leitores de Eliane Brum dentro e fora da Amazônia consigam incorporar aquelas perspectivas, inclusive se aproximando do movimento que a jornalista faz de radicalização de experiência.

A partir desse momento, a autora passa a questionar o sentido que a pobreza busca ser “superada” – sempre enquanto soluções para sair de uma faixa de risco e de pouco dinheiro, mas não é questionada enquanto conceito ou sentido dentro do universo capitalista. A aparição de personagens para quem esse sentido poderia ser algo mais significativo contribui para a mudança no olhar. "A pobreza é vista como uma condição que precisaria ser superada apenas do ponto de vista material; enquanto conceito, enquanto éthos, quase nunca é questionada" (Brum, 2021, pag 108).

Para então tentar dar conta desse processo, esse não é o único momento usado pela autora tentativa de identificação de uma linguagem em comum não equivale a uma busca por correspondentes de tradução supostamente exatos, mas inclusive a um esforço de compreender os motivos que fazem com que existam as diferenças.

Na mesma linha, o modo pelo qual a jornalista expõe e incorpora o jeito de contar números de povos indígenas com os quais teve contato – o que se pode notar mais de imediato na forma como os capítulos de seu livro passaram a ser numerados, adotando algo da lógica peculiar que ela tenta captar a partir do contato que teve com a maneira pela qual os indígenas com os quais teve contato respondiam quando eram perguntados a respeito da idade que têm.

Conclusão

Eliane Brum, portanto, busca narrar a Amazônia encarando o fato de que não a vê como os povos-floresta, mas também já não a vê exatamente como os brancos costumam fazer. A relevância de sua narrativa estaria, assim, exatamente no que ela tem se exploração radical e de criação original de novas textualidades híbridas e complexas que puderam ser desenvolvidas e experimentadas no universo do jornalismo. Sua estratégia, neste momento e no uso dessa palavra, é captar os limites que seu texto pode ter e tentar ultrapassá-los questionando a própria linguagem em que são escritos.

Ela, então, passa a incorporar um outro sentido para a palavra “pobre”, em que é possível perceber como um outro entendimento do termo também gera uma

reconfiguração ainda maior da visão de mundo. Portanto, no trecho, a autora define a pobreza como também um conceito parte de uma lógica de pensamento e que independe de condições financeiras – está ligada a uma visão de mundo e olhar de consumo para o planeta.

"Nessa direção, volto à formulação mais difícil. E que costuma causar mal-estar mesmo em plateias verdes. A floresta não pertence a ninguém. Não pertence a país ou a países, nem pertence ao que chamamos humanidade. A floresta não pertence nem mesmo aos povos da floresta, já que, se um povo da floresta acredita possuir a floresta, já não é mais povo da floresta: ou se tornou branco, ou se tornou pobre" (Brum, 2021, pág. 112)

REFERÊNCIAS

BRITO, Pedro Debs. **Epistemologia da compreensão** - as contribuições de Paul Feyerabend para os estudos da compreensão como método. *Communicare* (São Paulo). v. 15, p. 70, 2015.

BRUM, Eliane. **Banzeiro Òkòtó**: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

COSTA, Alda Cristina. NUNES, Paulo. COSTA, Vânia Maria. **Narra'Amazônia**: modos de ser e estar no mundo. 2022. Disponível em: https://stricto.unama.br/sites/stricto.unama.br/files/documentos/2022/04/narramazonia_-_miolo_compressed.pdf. Acessado em outubro, 2024.

KLATAU, Carolina. **Jornalismo, incerteza e complementaridade dos opostos**: um diálogo compreensivo. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Faculdade Cásper Líbero, 2018.

KUNSCH, Dimas A. Teoria compreensiva da comunicação. In: KUNSCH, Dimas A.; BARROS, Laan Mendes de (Orgs.). **Comunicação: saber, arte ou ciência?** Questões de teoria e epistemologia. São Paulo: Plêiade, 2008.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri, SP: Manole, 2004.

MEDINA, Cremilda. **Desafios das narrativas na contemporaneidade**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

RICOEUR, P. **O si-mesmo como um outro**. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999a. p. 74-90.

VARGAS, Raul H. **A reportagem literária no limiar do século 21**: o ato de reportar, os jovens narradores e o projeto São Paulo de Perfil. São Paulo: Universidade de São Paulo/ ECA, Dissertação de Mestrado, 1998.